SANTOS, Myrian Sepúlveda dos**. "**Caldeirão do inferno". **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, p.22 - 25, 2007

Caldeirão do inferno

Relatos de antigos detentos e funcionários revelam a extrema violência reinante nos presídios da Ilha Grande, longe dos olhos da sociedade

http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/caldeirao-do-inferno

A barbárie nas prisões da Ilha Grande

"Durante cem anos, o arbítrio e a violência marcaram as práticas carcerárias da Ilha Grande, local de beleza paradisíaca onde foram construídas prisões modelos"

Myrian Sepúlveda dos Santos é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autora do livro "Memória Coletiva e Teoria Social" (Annablume, 2003).

A Ilha Grande foi a sede de instituições carcerárias modelos. Para as autoridades, contava a favor da Ilha o seu isolamento. Mas este também foi um fator a mais a pesar na falta de controle do Estado sobre as práticas repressivas. Ao longo de cem anos de existência, as colônias, prisões e penitenciárias da Ilha Grande sempre foram associadas às condições desumanas a que eram submetidos os internos. Detentos e opinião pública referiam-se à Ilha como "caldeirão do inferno", apesar dos investimentos públicos e da beleza do local. A volta ao passado nos permite refletir melhor não só sobre a falência das instituições penitenciárias, como também sobre a capacidade da sociedade brasileira de enganar-se a si própria.

No Brasil, a violência no interior do sistema carcerário tem sido inegavelmente maior do que nos países mais desenvolvidos industrialmente. O distanciamento entre a lei e sua execução, sempre ressaltado por estudiosos, pode ser explicado por diversos fatores, entre eles, a má distribuição e concentração de rendas, a enorme desigualdade no acesso aos direitos civis, políticos e sociais, e a apropriação privada de benesses públicas. É importante ressaltar ainda que lidamos com construções culturais que diferenciam os cidadãos em diversas categorias sociais e raciais, o que permite o tratamento desumano de parte da população. (BOX 1) Outro fator importante a ser considerado é o questionamento à própria natureza da instituição penitenciária. Não só a violência no interior das prisões é permanente e precisa estar continuamente sob controle, como tem sido demonstrado que a possibilidade de recuperação dos sentenciados por meio do sistema carcerário é muito pequena. (BOX 2)

A Colônia Correcional de Dois Rios foi instalada na Ilha Grande, em 1894, de acordo com os princípios liberais defendidos na época nas principais potências mundiais. Seu objetivo era o de recuperar bêbados, mendigos e vagabundos e contribuir para a construção de uma nação civilizada. O Código Penal de 1890 combatia as práticas punitivas sobre o corpo e o poder arbitrário dos carcereiros e as leis apontavam a necessidade de o Estado recuperar o recluso a partir da educação e do trabalho. Não obstante a lei, os que foram enviados para a Colônia sofreram com penas disciplinares violentas, chicotadas, e péssimas condições de

higiene. Pelos processos policiais, ficamos sabendo que pais procuravam por seus filhos, autoridades investigavam prisões ilegais e assim por diante. Os miseráveis eram enviados para a Ilha para lá morrerem, uma vez que ocupavam reiteradamente as prisões da cidade, dando trabalho aos chefes de polícia. Ofícios destinando mulheres a guardas e atestados de óbito que datavam de poucos meses após a entrada dos presos registraram a barbárie.

Após a década de 30, entretanto, diversos relatos importantes das condições de tratamento das prisões da Ilha Grande começaram a ser divulgados. Foram cruciais os livros publicados por Orígenes Lessa, preso por participar da Revolução Constitucionalista de 1932, e por Graciliano Ramos, que fora preso ao se colocar contra o governo de Vargas, em 1936. (BOX 3) No período Vargas, duas colônias penais foram construídas na Ilha Grande, a Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF), na Vila de Dois Rios, e a Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM), esta última aproveitando alguns dos estabelecimentos do antigo Lazareto, na Vila do Abraão. A Colônia Correcional, destinada a recuperar pequenos contraventores, embora só tenha sido desativada em 1955, perdia importância no sistema penal. Apesar do alto investimento em novas estruturas arquitetônicas e novos métodos disciplinares, que enfatizavam a recuperação dos presos pelo trabalho, as práticas lá existentes continuaram a se pautar pela violência extrema. Em 1960, com a ida da capital para Brasília, as penitenciárias passaram a ser responsabilidade do governo do Estado da Guanabara.

Ainda hoje grande parte dos moradores da Vila Dois Rios é composta por policiais e guardas penitenciários que foram funcionários do Instituto Penal Cândido Mendes. De um modo geral, eles gostam de falar do passado, de contar histórias, de narrar como era a vida no tempo da prisão. Transcrevo abaixo um trecho de uma entrevista de ex-guarda penitenciário da Ilha Grande, em 2002. Estávamos o entrevistado, eu, minha bolsista sentados em uma mesa de uma birosca da Vila Dois Rios, em meio a aproximadamente quinze moradores locais, que, eventualmente, prestavam atenção à conversa.

> Olha, fugiu aqui, eu nunca esqueço disso, Mexicano, Fumaça e Paulistão, da olaria, na minha época. 1953. (...) O diretor chegou no gabinete e disse assim: "Olha, o Fumaça e o Mexicano vocês tragam. O Paulista eu não quero ver de volta." (...) Prendemos eles, mas só apresentamos dois ao diretor. O Paulistão até hoje não. Levaram uma surra na praia de Conceição de Jacareí, todo mundo assistindo e o pau comendo: jogava eles dentro do mar, tirava do mar e o diretor na canoa, mandando continuar.

Este e outros depoimentos foram dados por um ex-funcionário público, extremamente orgulhoso de sua carreira, e que contava suas antigas façanhas em voz bem alta, procurando em diversos momentos se diferenciar dos atuais guardas e policiais, que segundo ele eram oficiais corruptos. Em 1962, por ordem do então governador Carlos Lacerda as edificações que abrigavam a Colônia Penal Cândido Mendes, instalada na Ilha desde 1941, foram destruídas por quilos de dinamite. As masmorras da Colônia eram consideradas inabitáveis, as práticas de controle da violência consideradas abusivas e o fim da Colônia foi associado à perspectiva de renovação no sistema penitenciário. Acontece que a apenas dez quilômetros do presídio destruído, um outro se agigantava.

Toda ordem estabelecida convive com aqueles que ocupam suas margens. A história das prisões da Ilha Grande também se constrói a partir das biografias e relatos dos criminosos que para lá foram enviados. De Madame Satã, malandro perigoso da Lapa dos anos 30, a Rogério Lengruber, o Bagulhão, um dos mais idolatrados líderes do Comando Vermelho, falecido em 1992, no Hospital Miguel Couto, por diabete, muitos tipos de contraventores passaram pela Ilha. São lembrados pelos antigos moradores os lendários banqueiros do bicho, como Natal da Portela e Castor de Andrade; os assaltantes de bancos e integrantes do Esquadrão da Morte dos anos 60, entre eles Lucio Flavio e Mariel Mariscot; bem como os fundadores do Comando Vermelho (CV).

O regime de trabalho em turmas possibilitava muitas fugas, e uma das práticas correntes na Ilha Grande era a caça aos presos feito por turmas de cinco guardas ou policiais militares, conhecidos como "cachorrinhos-do-mato". Os presos eram amarrados nus em árvores e muitos deles eram espancados até a morte. Entre os presos, as descrições de estupros, vinganças e morte não são menos violentos. Enfim, o termo "caldeirão do inferno" longe de uma metáfora exagerada, bem traduz o tipo de práticas existentes naquele local.

Nos anos mais severos da ditadura militar, a estratégia da repressão foi a de criminalizar os presos políticos. Nelson Rodrigues Filho e diversos militantes de esquerda que lutaram contra a ditadura militar foram enviados para o Instituto Penal Cândido Mendes, penitenciária de segurança máxima, que ocupava as instalações da antiga Colônia Agrícola. "Quase Dois Irmãos", filme de 2005 de Lucia Murat, descreve a convivência entre comunistas e assaltantes de banco, todos submetidos à Lei de Segurança Nacional.

Após a década de 80, o movimento pelos direitos humanos, a Igreja, a imprensa e a organização dos presos encarcerados começaram a exercer alguma pressão e o os guardas passaram a responder a processos judiciais. A tentativa de diminuir a violência policial contra criminosos não foi acompanhada de propostas alternativas de encarceramento e conviveu com a crescente corrupção da máquina administrativa por políticos que se apoiaram no poder econômico e prestígio das facções criminosas em bairros populares. O controle dos presídios e penitenciárias passou a ser realizado pelo crime organizado. Em 1986, José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha, fugiu de helicóptero em 1986, em uma das mais espetaculares ações do crime organizado. Os depoimentos dos guardas que trabalhavam na Ilha Grande nesta época descrevem bem a violência gerada pelo sistema: como resultado da guerra entre as organizações criminosas, cabeças eram decepadas. Em um dos confrontos, o coração do inimigo tirado à faca do peito foi jogado aos cachorros no pátio.

Embora as práticas da violência não sejam mais relatadas pelos policiais e agentes penitenciários mais novos com orgulho, como no caso do antigo funcionário, elas permanecem no imaginário deles como o único tratamento adequado a ser dado ao "vagabundo". Mas e os "vagabundos", como eles percebiam o cárcere? Na prisão, se matar fosse preciso, este era mais um dos passos a ser dado. A violência estava lá, era um fato. Para os ex-presos da Ilha Grande que entrevistamos, também no ano de 2002, havia uma situação a ser vivida e atitudes a serem tomadas. Segundo eles, os presos chegavam a Dois Rios com seus "recursos". Quem tinha pena grande para cumprir, tinha um recurso, podia matar para se defender porque o tamanho de sua pena não aumentaria. Os presos sem recursos tinham que ser mais cuidadosos; eles precisavam reconhecer rapidamente as hierarquias estabelecidas, as éticas constituídas, as possibilidades de se defender ou morrer, tanto em relação aos guardas como aos demais presos. Para aquele que é considerado criminoso pelo sistema, não há como olhar para trás, a tarefa é a de sobreviver na prisão.

Em 1994, por ordem do governador Nilo Batista, o enorme complexo arquitetônico de Dois Rios foi também colocado abaixo por quilos de dinamite. O espetáculo da implosão parece sempre detonar o mal pela raiz e apontar a esperança de uma mudança radical. Ele foi encenado duas vezes na Ilha Grande, em Carandiru, no complexo de Frei Caneca e em outros mais. O que as reportagens, os livros e os filmes não mostram é que a cada espetáculo de destruição sucedem-se novas construções de complexos penitenciários, cada um deles sede de relatos mais infernais que os precedentes.

Quando reconhecemos o outro em nós, a dor infligida ao outro é sentida por nós com intensidade quase igual. Para que a atitude de indiferença da sociedade em relação às barbáries cometidas nas prisões ocorra é preciso acreditar que os presos são intrinsecamente diferentes de nós. Como os pecadores e criminosos são eles, é preciso exterminá-los, pois tal prática nos purifica. Quanto mais se acredita neste distanciamento, maior o grau de horror presente nos rituais existentes. As identidades estereotipadas, sejam elas construídas em

relação ao judeu, ao negro, ao índio ou ao criminoso, representam a força dos fracos; elas legitimam a barbárie. Sem esta consciência, não há alternativas à violência extrema no interior dos cárceres, e, no caso, do Brasil, à associação generalizada que ainda é feita entre negros, mestiços e criminosos.

Saiba mais:

Memórias do Cárcere, filme de 1984 de Nelson Pereira dos Santos
Quase Dois Irmãos, filme de 2005 de Lúcia Murat

Foucault, Michel. 1975. Surveiller et Punir: Naissance de la prison. Paris: Gallimard.
Garland, David. 1999. As contradições da 'sociedade punitiva": O caso britânico. Revista de Sociologia e Política 13: 59-80.
Lemos Britto, J. G. 1924, 1925, 1926. Os Systemas Penitenciarios do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Vols 1, 2 e 3.
Lessa, Origenes. 1933. *A Ilha Grande*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
Lima, William da Silva. 1991. *Quatrocentos Contra Um: Uma História do Comando Vermelho*. Rio de Janeiro: Vozes Editora.
Ramos, Graciliano. 1953. *Memórias do Cárcere*. São Paulo, Livraria Martins Editora.

Box 1

Para Lemos Britto, importante jurista brasileiro, a história moderna do direito penal consistia na capacidade de diferenciar os criminosos, segundo fatores antropológicos, físicos e sociais do crime. Considerou a criminologia uma ciência capaz de identificar traços biológicos reveladores de anomalias patológicas. Os negros para ele pertenciam a uma raça inferior.

Box 2

O sociólogo criminalista escocês David Garland identifica, a partir da década de 80, na Europa e EUA, o surgimento de uma nova política penal capaz de incorporar novas demandas relativas a direitos humanos, mas descrente de antigas proposições racionais e humanistas relativas à reabilitação do criminoso.

Box 3

Em “Memórias do Cárcere”, Graciliano Ramos transmite com pungente emoção o grau de humilhação imposto aos prisioneiros: homens doentes, frágeis, cercados em um curral de arame farpado, forçados ao trabalho extenuante e submetidos às fossas imundas coletivas.

Dados autorais:
Myrian Sepúlveda dos Santos – myrian@uerj.br

Rua das Laranjeiras 322 apto 602 – 22240 006 Rio de Janeiro (RJ)
Tels 25585352/ 88855352

Nota biográfica:
Myrian Sepúlveda dos Santos nasceu no Rio de Janeiro, em 1955. Obteve seu título de bacharel em História, pela Universidade Federal Fluminense; mestre em Sociologia, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), e doutora em Sociologia, pela New School for Social Research. Publicou vários artigos e os livros Memória coletiva e Teoria Social (Annablume 2003) e A Escrita do Passado nos Museus Históricos (Garamond/Iphan 2006). Seus principais temas de pesquisa são memória e identidade, práticas e políticas culturais e relações raciais. Atualmente, como professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desenvolve uma investigação sobre violência nas antigas prisões da Ilha Grande.